

# **FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

### **A ACÇÃO DECLARATIVA (3.º ANO- Turma Noite)**

#### **PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA**

Ano Lectivo: 2017/2018

1.º Semestre

Equipa docente: José Luís Bonifácio Ramos, Pedro Madeira de Brito, Isabel Alexandre, Diogo Castanheira Pereira, Paulo Abreu Santos

#### **A) PROGRAMA E CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS**

##### **1.ª aula**

1. Introdução ao Processo Jurisdicional
2. Noção de Processo.
3. Os Elementos do Processo

##### **2.ª aula**

4. O Direito Adjectivo e o Direito Instrumental
5. As Fontes do Direito Processual Civil
6. As Recentes Reformas Legislativas: Um Novo Código de Processo Civil?

### **3.ª aula**

7. A Ciência do Direito Processual Civil
8. Os Sujeitos do Processo Civil
9. O Objecto do Processo: Noções Gerais sobre o Pedido e a Causa de Pedir
10. A Acção e o Processo Civil: As Diferentes Espécies de Acções.

### **4.ª aula**

- 11.. A Acção Declarativa: Subespécies
12. As Formas de Processo. Processo comum e especial. Processos especiais no CPC e fora do CPC
13. Os Princípios Estruturantes do Processo Civil
14. A Dimensão Constitucional do Processo Civil

### **5.ª aula**

15. O Acesso à Justiça
16. O Princípio da Equidade.
17. O Princípio da Igualdade de Armas.
18. O Princípio do Contraditório.

### **6.ª aula**

19. O Princípio do Dispositivo.
20. O Princípio do Inquisitório.
21. O Dever de Gestão Processual
22. O Princípio da Cooperação
23. O Dever de Boa Fé Processual e de Recíproca Correção..

### **7.ª aula**

24. O Princípio da Legalidade.
25. A Estrutura do Processo Civil.
26. Os Actos Processuais. Os Actos do Tribunal.
27. Os Actos das Partes: Actos Constitutivos e Actos Postulativos.

### **8.ª aula**

28. Os Pressupostos dos Actos.
29. A Falta de Pressupostos: Consequências.
30. Os Prazos Processuais.
31. A Revogabilidade.
32. As Nulidades Processuais.

### **9.ª aula**

33. Os Pressupostos Processuais
34. Condições de Admissibilidade e Condições da Acção
35. Pressupostos Positivos e Pressupostos Negativos

36. Os Pressupostos Relativos às Partes e os Pressupostos Relativos ao Tribunal

### **10.ª aula**

37. A Competência

38. Os Tribunais Comuns e os Tribunais Especiais.

39. Os Tribunais Estaduais e os Tribunais Arbitrais.

40. Os Tribunais Arbitrais Voluntários e os Tribunais Arbitrais Necessários.

41. A Arbitragem Voluntária

42. A Competência do Tribunal Arbitral

43. O Efeito Negativo da Convenção de Arbitragem

### **11.ª aula**

44. Os Julgados de Paz

45. A Competência dos Julgados de Paz

46. A Competência Exclusiva ou Alternativa dos Julgados de Paz.

47. O Artigo 151º da LOSJ.

48. O Tribunal de Conflitos.

### **12.ª aula**

49. As Categorias de Tribunais.

50. Os Tribunais Judiciais.

51. O Supremo Tribunal de Justiça.

52. O Tribunal da Relação.

53. O Tribunal de Primeira Instância:

### **13.ª aula**

54. Os Elementos do Tribunal: O Juiz, o Ministério Público, a Secretaria.

55. O Estatuto dos Magistrados Judiciais e dos Magistrados do Ministério Público

56. Os Impedimentos e as Suspeições.

57. A Responsabilidade dos Magistrados

### **14.ª aula**

58. A Competência dos Tribunais Comuns.

59. A Divisão Territorial

60. A Metamorfose do Tribunal de Comarca.

61. Competência interna: a Competência em Razão da Matéria.

### **15.ª aula**

62. Competência interna: a Competência em Razão do Valor.

63. Competência interna: a Competência em Razão da Forma de Processo.

## **16.ª aula**

64. Competência interna: a Competência em Razão do Território.

65. Os Pactos de Competência e a sua relação com a competência interna.

66. Os Pactos de Jurisdição e a sua relação com a competência internacional.

## **17.ª aula**

67. A Competência Internacional.

68. A Competência Internacional Directa.

## **18.ª aula**

69. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 1215/2012 de 12 de Dezembro.

70. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 2201/2003 de 27 de Novembro

## **19ª aula**

71. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 4/2009 de 18 de Dezembro de 2008.

72. A Competência Internacional do Direito Interno Português.

73. As Garantias da Incompetência: A Incompetência Absoluta e a Incompetência Relativa.

## **20ª aula**

74. A Parte Processual.

75. A Personalidade Judiciária e o regime da sua falta.

76. A Capacidade Judiciária.

## **21ª aula**

77. A Incapacidade Judiciária em Sentido Amplo e em Sentido Restrito. Em Particular a Irregularidade de Representação.

78. O Patrocínio Judiciário e o regime da falta de patrocínio judiciário obrigatório.

## **22ª aula**

79. O Interesse em Agir e o regime da sua falta

80. A Legitimidade Processual.

81. A Legitimidade Singular e as consequências da ilegitimidade singular.

82. A Concretização da Legitimidade nas Acções Declarativas.

## **23ª aula**

83. A Legitimidade Singular e a Legitimidade Plural.

84. O Litisconsórcio Voluntário

85. O Litisconsórcio Necessário.

## 24ª aula

- 86. O Litisconsórcio unitário e não unitário.
- 87. O Litisconsórcio Subsidiário e Alternativo.
- 88. Efeitos da Preterição de Litisconsórcio necessário.

## 25ª aula

- 89. A Coligação.
- 90. Obstáculos à Coligação.
- 91. As Consequências da Coligação Ilegal.
- 92. Litisconsórcio inicial e Litisconsórcio Sucessivo. Coligação sucessiva?

## B) BIBLIOGRAFIA (por ordem alfabética)

ANDRADE, Manuel de — *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1979.

ALEXANDRE, Isabel — Representação do Estado Português em acções civis, *Revista do Ministério Público*, A. 33, nº 131 (Jul.-Set. 2012), p. 9-47.

— “O Dever de Gestão Processual do Juiz na Proposta de Lei Relativa ao Novo CPC” in [www.cej.pt](http://www.cej.pt)

BRITO, Pedro Madeira de — “O Novo Princípio da Adequação Formal” in *Aspectos do Novo Processo Civil*, Lisboa, 1997.

CAPPELLETTI, Mauro— Processo, ideologias e sociedade, Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris, 2010.

CASANOVA, Salazar— Notas breves sobre a lei de organização do sistema judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto), ROA, ano 73, II/III, Lisboa, 2013, p. 461 ss.

CASTRO, Artur Anselmo de, *Direito Processual Civil Declaratório*, Coimbra, 1981/1982.

CORDEIRO, António Menezes — Tribunal arbitral, falta de advogado, principio do contraditório, anotação do tribunal da relação de Lisboa de 16 de Setembro de 2008 / António Menezes Cordeiro In: Revista da Ordem dos Advogados. - Lisboa. - A. 69 (Jan.-Mar./Abr.-Jun), p. 367-375

— *Litigância de Má Fé, Abuso do Direito de Acção e Culpa "in agendo"*, 3ª ed. Coimbra, 2014.

— *Tratado da Arbitragem*, Coimbra, 2015.

CORREIA, João — Reformar o C.P.C, para quê? In: Julgar / Associação Sindical dos Juizes Portugueses. - Coimbra, 2012. - Nº 16 (Jan.-Abr. 2012), p. 131-135

— Debate sobre "A Reforma do Processo Civil", Debate a Reforma do processo civil 2012: contributos/Ministério Público – Lisboa: revista do Ministério Público, 2012. – 267 p.; 23 cm.- (Revista do Ministério Público – cadernos: 11)

CORREIA, João, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra, 2013.

COSTA, Salvador — Organização judiciária, ROA, ano 73, II/III, Lisboa, 2013.

DIDIER Jr. Fredie — Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida. – Salvador; Juspodium 2012.

— Fundamentos do Principio da Cooperação no Direito Processual Civil Português, Coimbra: Wolters Kluwer, 2010.

DINAMARCO, Cândido — *Nova Era do Processo Civil*, 4ª ed., São Paulo, 2013.

FARIA, Paulo Ramos de e Ana Luís Loureiro — *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, 2013.

FERREIRA, Cardona — *Julgados de Paz, Organização, Competência e Funcionamento*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001.

- “Julgados de Paz: Cidadania e Justiça: Do Passado, pelo Presente para o Futuro”, in *ROA*, nº 23, 42-66.
- FREITAS, José Lebre de — “Sobre o Conceito de Acto Processual” in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Vol. II, Coimbra, 2012, pp. 149-164.
- Introdução ao Processo Civil. Conceito e princípios gerais, à Luz do Novo Código*, 4ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017.
- A Acção Declarativa Comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra, 4ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017.
- FREITAS, José Lebre de e Isabel Alexandre — *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 1, 3ª ed., Coimbra, 2014;
- FREITAS, José Lebre de e Isabel Alexandre — *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. I1, 3ª ed, 2017.
- GERALDES, Abrantes, *Temas da reforma do processo civil*, vol.I , 1998, vol. II , 1999, vol. III , 2003, vol. IV , Almedina, 2006, Coimbra.
- *Temas da nova reforma do processo civil (2012) / António Abrantes Geraldes*.In: *Julgar/Associação Sindical dos Juízes Portugueses*, Coimbra, 2012 – Nº 16 (Jan-Abr 2012), p.47-97.
- *O memorando de entendimento e a reforma do processo civil*, In: *Revista da Ordem dos Advogados*, 2011.
- FERNANDEZ, Elisabeth e Marco Gonçalves, *Direito Processual Declarativo*, Coimbra, 2008.
- GOUVEIA, Mariana França — *Justiça económica em Portugal – Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos*, 2012 – vols 23 cm – Vol 1/6: *Novo modelo processual – 2012 – 111 p. – ISBN: 978-989-8424-88-4*; Vol 1/3: *O sistema judiciário – 2012 – 362 p. – ISBN 978-989-8424-85-3*; Vol 2/3: *Factos e números – 2012. – 249p. – ISBN 978-989-8424-87-7*; Vol. 2/6 – *Gestão processual e oralidade. – 2012.- 92p.- ISBN: 978-989-8424-93-8*; Vol. 3/3: *Síntese e propostas – 2012 – 69 p. – ISBN 978-989-8424-84-6*; Vol. 3/6: *Produção e prova. – 2012 – 92 p. – ISBN: 978-989-8424-89-1*; Vol. 4/6: *A citação do réu no processo civil. – 2012 – 69 p.- ISBN: 978-989-8424-90-7*; Vol 6/6: *Meios de resolução alternativa de litígios. 2012. – 72 p.*
- «O princípio dispositivo e a alegação de factos em processo civil: a incessante procura da flexibilidade processual», *ROA*, 2013, pp. 595-617;

HENRIQUES, Sofia—Os pactos de jurisdição no regulamento (CE) nº 44/2001 / Sofia Henriques – Lisboa: Coimbra Editora, 2006 – 161p.

LOPES, José Mouraz—Gestão processual: tópico para um incremento da qualidade da decisão judicial In: Julgar. – Lisboa, 2010. – Nº 10 (Jan-Abr. 2010), p.139-149.

LOURENÇO, Paula Meira — As medidas de descongestionamento dos tribunais tomadas entre 2005 e 2008, in *Interface – Administração Pública*, N.º 152, Agosto, 2008, 90-97.

—Regime Processual Civil Experimental – Simplificação e Gestão Processual (obra coletiva organizada pela Direcção-Geral da Política de Justiça), CEJUR, Coimbra, 2008, 81-97.

MACHADO, A. Montalvão/PIMENTA, Paulo, *O Novo Processo Civil*, Coimbra, 2007. MARQUES, João Paulo Remédio, — *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.

MENDES, João de Castro, —*Direito Processual Civil*, Lisboa, AAFDL,1986/1987 .

MESQUITA, Miguel — *A Metamorfose do Futuro Tribunal de Comarca*, Coimbra, 2014.

PEREIRA, Diogo Filipe— *Interesse Processual na Acção Declarativa*, Coimbra, 2011.

PICO, I Junoy, Joan—*El principio de la buena fe procesal*, 2ª ed. – Barcelona: Bosch, 2013

PIMENTA, Paulo — *A Fase do saneamento do Processo Antes e Após a Vigência do Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, 2003.

— “Tópicos para a reforma do processo civil português” In: Julgar/Associação Sindical dos Juizes portugueses – Coimbra, 2012 – Nº 17 (Maio-Ago. 2012), p.109-134

— *Processo Civil Declarativo*, Coimbra, 2015.

PINTO, Rui— “O processo civil português: diagnóstico e cura: um exercício de teoria pura”.In: Julgar/Associação Sindical dos Juizes Portugueses. – Coimbra, 2012. – Nº 17 (Maio-Ago.2012), p.135-149)

— “Critérios Judiciais de Convolação Não Homogénea pelo Artigo 16º do Regime Processual Experimental” in *Colectânea de Estudos de Processo Civil*, Coimbra, 2013, pp. 27-68.

- *Notas ao Código de Processo Civil*, Coimbra, 2014.
- RAMOS, José Luís Bonifácio — “Questões Relativas à Reforma do Código de Processo Civil” in *O Direito*, nº 144, III, 2012, pp. 569-598.
- “Desígnios do “novo” Código de Processo Civil Português” in *O Direito*, ano 145, IV, 2013, pp. 797-816.
- REGO, Carlos Lopes do— Os princípios orientadores da reforma do processo civil em curso: o modelo de acção declarativa/In: *Julgar/Associação Sindical dos Juizes Portugueses – Coimbra 2012.- Nº 16 (Jan-Abr. 2012)*, p. 99-129
- REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I , 1948 (reimp. 1982), vol. II , s.d. (reimp. 1981), vol. III , 1950, vol. IV, 1951 (reimp. 1987), vol. V, 1952 (reimp. 1984) e vol. VI, 1953 (reimp. 1984), Coimbra Editora, Coimbra.
- Comentário ao Código de Processo Civil I* , 1960, vol. II, 1945 e vol. III, 1946, Coimbra, Coimbra Editora, 1946.
- Processos Especiais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955/1956 (reimp. 1982).
- SILVA, Paula Costa e — *Acto e Processo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.
- *A Litigância de Má Fé*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.
- “O Manto Diáfano da Personalidade Judiciária” in *Estudos em Honra do Professor Oliveira Ascensão*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 1869-1899.
- “Algumas Alterações de Fundo no Sistema Processual Civil” in *Cadernos de Direito Privado*, nº 28, Outubro/Dezembro, 2009, pp. 23 e segs.
- “De Minimis Non Curat Praetor: O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias” in *Estudos em Homenagem ao Professor Paulo de Pitta e Cunha*, Vol. III; Coimbra, 2010, pp. 287-301.
- *A Nova Face da Justiça – Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias*, Coimbra, 2009.
- Legalidade das formas de processo e gestão processual ou as duas faces de JANUS In: *Revista de Legislação Legislativa – Brasília.- A.48, nº 100 (Abr.-Jun. 2011)*, p. 137-149.
- SOUSA, Miguel Teixeira de — *O interesse processual na acção declarativa*, AAFDL, Lisboa, 1989
- Estudos sobre o novo Processo Civil* , Lisboa, Lex, 1997.
- Introdução ao Processo Civil* , Lisboa, Lex, 2000.
- A Nova Competência dos Tribunais Civis*, Lisboa, Lex, 1999.
- As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa*, Lisboa, Lex, 1995.

- , «Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais: algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na acção declarativa», ROA, 1989, 85-125;
- «Reflexões sobre a legitimidade das partes em processo civil», CDP, 2003, pp. 3-13;
- As Recentes Alterações na Legislação Processual Civil”, in ROA, 61 (2001), 49-99.
- “Sobre a Qualidade Processual” in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Vol. I, 2002, pp. 823-834.
- *A Legitimidade Popular na Tutela dos Interesses Difusos*, Lisboa, 2003.
- “A Jurisprudência Constitucional Portuguesa e o Direito Processual Civil” in *XXV Anos de Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, Coimbra, 2009, pp. 67-91.
- VAZ, Alexandre Pessoa – *Direito Processual Civil. Do Antigo ao Novo Código*, Coimbra, 2002.